



A Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária inserida na Pós-graduação em Comunicação no Brasil (1972-2012)¹

Maria Alice Campagnoli OTRE²
Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

Trata-se de um recorte da tese de doutorado da autora em que se traçou um panorama sobre a Pós-Graduação em Comunicação no Brasil, desde 1972 a 2012, investigando, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, como a subárea da comunicação popular, alternativa e comunitária (CPAC) está inserida nas pesquisas discentes stricto sensu deste universo. Realizou-se ainda um mapeamento das teses e dissertações referentes à subárea, assim como o período de publicação, temas recorrentes, instituições e professores orientadores protagonistas neste cenário. Contribuíram para as nossas discussões Maria Immacolata Vassalo de Lopes, Muniz Sodré, Cicilia Peruzzo, Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Jorge González, entre outros. Percebeu-se, que, apesar de muitos avanços, ainda é um desafio para a área vencer as assimetrias regionais a fim de promover o acesso à pós-graduação de maneira mais igualitária. Quanto à subárea CPAC, resultados indicam a interferência de três pontos com relação ao protagonismo de sete instituições quanto à produção de pesquisas sobre a CPAC: a) Ano de criação do curso de pós-graduação em comunicação; b) contemplam linhas de pesquisa específicas ou próximas da subárea; e c) na maioria, reúnem professores orientadores que se dedicam/dedicaram à temática.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação popular alternativa; Comunicação popular e comunitária; Pós-graduação em Comunicação; Brasil; 1972-2012

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um trabalho de pesquisa que vem se desenvolvendo há mais de três anos, para se detectar o estado da arte da subárea da Comunicação popular, alternativa e comunitária nas produções stricto sensu em comunicação no Brasil, de 1972 a 2012.

Em um universo de 9.787 títulos de pesquisas fornecidos pelo banco de dados da Capes de 1987 a 2012 e pesquisa manual nos Programas de PG anteriores a 1987, chegamos por meio de pesquisa exploratória e aplicação de quatro filtros, a um total de 102 teses e dissertações referentes à subárea enfocada, nos 44 Programas de PG em Comunicação com defesas catalogadas até 2012.

¹ Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Doutoranda da Universidade Metodista de São Paulo e docente da Universidade de Marília



Para este artigo, o recorte utilizado estará sobre o protagonismo de sete instituições que contribuíram sobremaneira com a subárea, desenvolvendo juntas cerca de 80% de todos os trabalhos da área. São elas: Universidade Metodista de São Paulo, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Vale do Rio do Sinos, Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica (RS) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Bauru).

1. Ciência e Comunicação no Brasil

Antes de falarmos sobre a subárea da CPAC, teceremos algumas observações sobre o próprio campo acadêmico da comunicação, considerando uma definição formal e abrangente de Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2000-2001, p. 48), segundo quem, trata-se de “um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação”. Baseada nas ideias de Bordieu, a autora apresenta também os subcampos que podem ser identificados, sendo estes:

1) **o científico**, que implica em práticas de produção de conhecimento: a pesquisa acadêmica tem a finalidade de produzir conhecimento teórico e aplicado (ciência básica e aplicada) através da construção de objetos, metodologias e teorias; 2) **o educativo**, que se define por práticas de reprodução desse conhecimento, ou seja, através do ensino universitário de matérias ditas de comunicação; e 3) **o profissional**, caracterizado por práticas de aplicação do conhecimento e que promove vínculos variados com o mercado de trabalho (LOPES, 2000-2001, p. 48, grifos nossos).

Percebe-se, porém, de maneira acentuada, a interferência do subcampo profissional da comunicação na relação com o científico e educativo; apontando certa tendência dos estudos comunicacionais.

De acordo com a tabela de áreas de conhecimento e avaliação da Capes³, fazem parte da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, as áreas básicas de conhecimento: Administração, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura e Urbanismo; Planejamento urbano e regional/Demografia; Ciências Sociais Aplicadas I; Direito; Serviço Social e Economia (CAPES, 2014, p. 19-23). Nesta divisão, a subárea de Comunicação figura dentre as Ciências Sociais Aplicadas I, dividindo espaço com as subáreas Ciências da Informação e Museologia.

³ Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em 24 de novembro de 2014.



Ao produzirem o relatório de avaliação de área das Ciências Sociais Aplicadas I do triênio 2010-2012, Weber; Kobashi e Dodebei (2013, p. 1) contemplam a atualidade das discussões e centralidade “dos processos de midiática, comunicação e informação da sociedade”, destacando, ainda, a importância de a Pós-Graduação acolher o viés intervencionista e de aplicação empírica da área.

Em Antropológica do espelho (2002), Muniz Sodré chega a questionar como balizar as discussões que deveriam ser inerentes ao campo acadêmico da comunicação, com essa tendência mercadológica dos cursos. Assim indaga:

A partir do que até agora expusemos, como agregar-nos ao empenho de dinamização do campo acadêmico da Comunicação? Como tomar distância crítica da pura e simples preocupação – marcante nos cursos de graduação latino-americanos – com a formação de mão-de-obra especializada para o mercado profissional? (SODRÉ, 2002, p. 221).

Mas a relação dos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação com o mercado profissional, de toda forma, não chega a ser nenhuma novidade. O fato é que este caráter prático influencia diretamente as pesquisas desenvolvidas – da iniciação científica à pós-graduação, assim como a definição do objeto das Ciências da Comunicação.

Ao falar sobre o objeto do campo acadêmico da Comunicação, Muniz Sodré define então três espectros de ações ou práticas para classificar o campo comunicacional que, segundo ele, tem uma larga, mas delimitada atuação. Vejamos, nas palavras do próprio autor:

- a) veiculação: práticas de natureza empresarial (privada ou estatal), voltadas para a relação ou o contato entre os sujeitos sociais por meio das tecnologias da informação, como imprensa escrita, rádio, televisão, publicidade, etc. trata-se, portanto, do que se tem chamado de midiática. Os dispositivos de veiculação (mídia) são de natureza basicamente societal. Em torno deles é que se tem articulado preferencialmente a maior parte dos estudos ou análises de Comunicação; (SODRÉ, 2002, p. 234)
- b) vinculação: práticas estratégicas de promoção ou manutenção do vínculo social, empreendidas por ações comunitaristas ou coletivas, animação cultural, atividade sindical, diálogos, etc. diferentemente da pura relação produzida pela mídia autonomizada, a vinculação pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos. As ações vinculantes que têm natureza basicamente sociável, deixam claro que a comunicação não se confina à atividade midiática. A problemática do ser-em-comum ou das trocas simbólicas demanda abordagens a que não são estranhas as obras de sociólogos como Georg



Simmel, Alfred Schutz ou de filósofos de variadas linhagens; (SODRÉ, 2002, p. 234-235)

- c) cognição: práticas teóricas relativas à posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação. Aqui, a Comunicação emerge não como uma disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de por em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade, portanto, como um constructum hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos) a partir de posições interpretativas. A “ciência” da comunicação impõe-se, a exemplo da filosofia concebida por Wittgenstein, como uma atividade crítica, só que voltada para a sociabilidade, a eticidade e as práticas de socialização pela cultura, uma espécie de “filosofia pública”. (SODRÉ, 2002, p. 235)

Ao relacionar o societal e o sociável, conseguimos situar os estudos de comunicação popular, comunitária e alternativa. Pois até então, colocava-se como questionamento pessoal, que lugar ocuparia o estudo de uma comunidade que se organiza com foco nos processos e não nos produtos comunicacionais? Se o foco não era a veiculação, poderia esta experiência ser excluída do campo comunicacional e ser apresentada como objeto da sociologia ou psicologia, por este motivo?

Buscar objeto único, em campo tão complexo e proveniente de várias outras disciplinas que compõem as ciências sociais, seria negar uma gama de discussões importantes para a Comunicação. Além disso, enxergar nós nos objetos da comunicação nos parece muito familiar. Em tempos de sociedade interconectada, o que a ciência como um todo e a comunicação, no particular, têm buscado é isso: fazer relações para ampliar os resultados.

Vale chamar a atenção, porém, para a questão da interdisciplinaridade nos estudos de comunicação e os problemas identitários que sempre são colocados como gargalo epistemológico do campo.

2. Pós-graduação em Comunicação no Brasil

A análise proposta para este recorte diz respeito aos 44 Programas de Pós-Graduação em Comunicação em vigência e com publicações catalogadas na Capes até o ano de 2012. Começamos essa trajetória problematizando a distribuição e assimetrias regionais desses programas.



Os primeiros Programas de Comunicação foram implantados no Brasil, ainda na década de 1970. As informações não batem quanto às datas de criação. Segundo LOPES; ROMANCINI (2012, p. 200) a ordem de criação, na década de 1970, foi USP e UFRJ (1972); UNB (1974); e UESP e PUC-SP (1978). Já segundo o documento de área CSAI – 2010-2012; e as Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011/2020); a PUC-SP aparece como instituição pioneira na oferta da PG em Comunicação, com curso datado de 1970.

Em consulta via e-mail com o prof. José Marques de Melo⁴ que viveu todo o contexto de implantação da Pós-Graduação no Brasil, o pesquisador destaca que o pioneirismo da PUC-SP é uma informação equivocada, pois “o Programa da PUC surgiu na área de Letras (1970), transformando-se depois em Curso de Comunicação”. Richard Romancini também justificou, via conversa on-line, a mesma informação dada pelo professor Marques de Melo.

Há uma preocupação latente da Compós (ASSOCIAÇÃO, 2010, p.2) e do Plano Nacional da Pós Graduação - PNPG (BRASIL, 2010, p. 145) em combater essas disparidades, que se iniciaram nos anos de 1970, com 80% dos Programas centralizados na região Sudeste e 20% na Centro-Oeste. Quanto à pós-graduação em geral, diz o PNPG:

As assimetrias existentes no sistema de pós-graduação brasileiro têm sido apontadas nos seus vários documentos, assim como nos planos nacionais para o seu desenvolvimento. Nesse contexto, pode-se falar em assimetrias entre regiões, entre instituições na própria região, nas mesorregiões ou nos estados e entre áreas de conhecimento. Homólogas às desigualdades sócio-econômicas e culturais entranhadas na nação brasileira, as assimetrias regionais constatadas no sistema nacional de pós-graduação vêm sendo combatidas por meio de políticas de incentivos e indução (BRASIL, 2010, p. 145).

Em documento específico da área de comunicação, intitulado “Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPG 2011/2020”, de maio de 2010, retrata-se o crescimento da área mas a manutenção de problemas, como as assimetrias.

No final do século XX, existiam 15 Mestrados e Doutorados, sendo 7 Mestrados e 8 Programas de Mestrado e Doutorado em Comunicação. Entre 2000 e 2010, 18 Mestrados e 6 Programas de Mestrado e Doutorado foram criados. Os dados mostram que, nesse período, a área cresceu 260 por cento. Apesar do crescimento no número de cursos de pós-graduação existentes, porém, permanecem nossos problemas relativos à internacionalização e às assimetrias (ASSOCIAÇÃO, 2010, p.2).

⁴ Recebido por maliceotre@yahoo.es, em 18 de agosto de 2014.



Para falarmos sobre a distribuição de maneira atualizada, consideramos o ano de 2015 como base e verificamos a existência de 46 Programas; verificados abaixo.

Quadro 1: Comparação da distribuição dos Programas de Pós em Comunicação entre regiões

Região	Quantidade de estados	Quantidade de Programas
Norte	7	2
Nordeste	9	8
Centro-Oeste	4	4
Sudeste	4	23
Sul	3	9
Total	27	46

Percebe-se, neste cenário, a preponderância de Programas na região Sudeste (composta por quatro estados que contemplam 23 Programas) e Sul (três estados que somam nove Programas), em detrimento do Nordeste (nove estados com oito Programas), do Centro-Oeste (quatro estados com quatro Programas), e do Norte (sete estados com dois Programas).

A disparidade soa como imensa se somarmos as regiões Sul e Sudeste, sete estados, com 32 Programas, e compararmos com os sete estados do Norte, que têm apenas dois Programas. Segundo o documento de 2010 da Compós,

Do ponto de vista das assimetrias regionais, verifica-se um desequilíbrio dos programas por região do país. [...] Dos doutorados, apenas 2 estão no Nordeste. Não há doutorados na região Norte. Além dos desequilíbrios regionais, intra-regionais e entre estados, há ainda o desequilíbrio em relação à presença da pós-graduação nos municípios brasileiros: [...] Apenas 4 cidades não-capitais possuem doutorados em Comunicação – São Bernardo do Campo e Campinas, no Estado de São Paulo, Niterói, no Rio de Janeiro, e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Assim, no caso da Comunicação, verifica-se a necessidade de permanência e ampliação das ações de incentivo à diminuição das assimetrias (ASSOCIAÇÃO, 2010, p.2).

Sabe-se que as desigualdades de nosso país, de porte continental e com potencialidades tão centralizadas por questões políticas, históricas, sociais e de logística, refletem este cenário em muitos outros índices. Não soa como surpresa ver tamanha desproporção nos centros de pesquisa em comunicação do Brasil; que tendem a ser encampados pelos Programas de Pós-Graduação. Mas fizemos esta ressalva, pois a nosso ver, isto reflete diretamente nas regiões, culturas, comunidades representadas (ou silenciadas) na produção discente da Pós-graduação *Stricto Sensu* em Comunicação.

Apesar de enxergar avanços, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 também vê quão grandes são os desafios pela frente. Até porque ele não trata apenas dos Programas



de Comunicação, mas de todas as áreas; e não fala apenas de disparidades quanto à distribuição geográfica, mas de diversos níveis.

Não há dúvida de que estas políticas [públicas para o desenvolvimento da PG] têm obtido sucesso: hoje temos universidades com programas de pós-graduação consolidados na grande maioria dos estados brasileiros. Mas também não há dúvidas de que grandes assimetrias ainda persistem em vários níveis: em termos quantitativos, na distribuição geográfica dos programas pelo país; em termos qualitativos, na distribuição dos conceitos dos programas constatados pela avaliação da CAPES; em termos de áreas de conhecimento, como demonstram os dados apresentados no documento referência do PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010, p. 145).

Analisando a natureza jurídica desses cursos, verifica-se que, atualmente, 69% são ofertados por instituições públicas (federais e estaduais) e 31% por instituições particulares e/ou confessionais.

Em 2005, Romancini (2006, p. 102) demonstra que as instituições públicas representavam apenas 51% dos Programas. Além disso, segundo o autor (ROMANCINI, 2006, p. 101), 86% do total de PPGCOMs em 2005 estavam localizados nas regiões sudeste e sul. Hoje, apesar de ainda discrepante, cerca de 69% dos Programas estão nestas regiões e as instituições públicas já representam 74%.

Quadro 2: Comparação entre os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em 2005 e 2015.

	2005	2015
Instituições públicas	51%	74%
Distribuição no sul e sudeste	86%	69%

Estes dados, que apontam o crescimento das instituições públicas e maior descentralização dos programas, demonstram o forte trabalho desenvolvido pelo MEC, de 2005 para cá. Aparece nos documentos do PNPG 2011-2020, que, dentre os objetivos da pós-graduação entre os anos de 2005 e 2010 constava da “necessidade primordial de se buscar o equilíbrio no desenvolvimento acadêmico em todas as regiões do País”, metas de expansão e equilíbrio ancoradas na “qualidade, estabilidade e pertinência” (BRASIL, 2010, p.33).

Dos 45 atuais Programas de PG em Comunicação, segundo a tabela da Capes (anexo A), 22 oferecem a formação nos dois níveis (mestrado e doutorado), outros 22 oferecem apenas o mestrado acadêmico e um PPGCOM em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, oferece a modalidade de mestrado profissional.



Vamos nos deter agora a apresentar os conceitos que orientaram nosso recorte, com base nos estudos de Cicilia Peruzzo, Regina Festa, Pedro Gilberto Gomes, Jorge González e em relação construída junto às pesquisas analisadas.

3. Sobre a subárea da Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária

Para selecionar os trabalhos e atribuir-lhes categorias específicas, o mais difícil de fazer nesta subárea precisava ser feito: separar as experiências em categorias/denominações, mesmo sabendo que elas são muitas vezes elásticas e híbridas. Também contava como empecilho o fato de não estarmos em contato direto com as experiências para analisá-las todas com os mesmo parâmetros. Nossa matéria-prima era um discurso (já enviesado pelas marcas subjetivas/discursivas do pesquisador) sobre as experiências. “O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto” (apud LOPES, 2001, p.122); devido a isso, consideramos importante elencar, dentre os critérios recuperados por meio de nosso quadro teórico de referência, baseado principalmente nas pesquisas de Cicilia Peruzzo e na pré-análise das teses e dissertações, alguns parâmetros que foram utilizados como critérios para o enquadramento:

- a) **Comunicação popular e alternativa:** processos diversos de comunicação (fanzine, jornal mural, vídeos) forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs) e tendo como pano de fundo a questão da democratização da comunicação, do direito à voz e da crítica às desigualdades sociais. Além disso, esses veículos contam com a participação do povo em sua produção e/ou gestão. Não tematiza em primeiro plano questões referentes à localidade, como problemas específicos do bairro, mas atua em uma esfera mais ampla de luta por direitos sociais, incluindo o direito à comunicação.
- b) **Comunicação popular e comunitária:** Geralmente circunscrita a uma localidade, ou a comunidades por afinidades, em que o foco está, para além do produto comunicacional, nos processos vivenciados por meio da participação horizontal, da produção à gestão; processos educacionais que ampliam o olhar daquela comunidade sobre o que está “extra-muro”. Exige, para que a comunidade se aproprie da comunicação de maneira transformadora, processos que favoreçam a leitura crítica da mídia. Objetivam, na maioria das vezes, dar visibilidade às comunidades consideradas às margens da sociedade, mostrando um outro lado que na maioria das vezes a grande mídia não mostra; por isso, também se situa no âmbito da democratização da comunicação e na amplificação de vozes.



Atua como contrafluxo comunicacional em um momento em que a mídia se coloca cada vez mais como legitimadora de discursos; não posicionando-se como combativa à grande imprensa, mas como fonte silenciada ou cuja imagem é frequentemente deturpada ações que contribuem para os processos exclusivos. Sua preocupação está geralmente focada nos projetos mais localizados de transformação social, como políticas públicas que digam respeito ao bairro; embora, para além dos aspectos políticos, também estejam a serviço da cultura local, da diversidade musical, religiosa; em situações de constante negociação entre seus membros, já que não se pode idealizar uma comunidade pós-moderna homogênea e sem conflitos.

- c) **Comunicação popular, alternativa e comunitária:** Especificamente nesta tese, serviu para caracterizar pesquisas, geralmente de cunho teórico, que falavam de maneira ampla de uma comunicação transformadora e cidadã; ou de processos diversos de comunicação em comunidades periféricas, sendo, portanto também entendido como um encontro de experiências alternativas e comunitárias de cunho popular em uma mesma localidade.
- d) **Jornalismo Popular Alternativo:** Menos amplo que a comunicação popular e alternativa, que pode envolver diversos processos que não apenas jornalísticos, consideramos como jornalismo popular e alternativo os processos jornalísticos forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs), nas mesmas bases da comunicação popular e alternativa, no que diz respeito a temas, participação, postura ante aos grandes meios. A distribuição, geralmente, vai além da localidade, portanto, contam com tiragens volumosas, se comparadas às experiências de comunicação popular e comunitária. Devido a isso, assumem muitas vezes um padrão “mais profissional”, jornalisticamente falando, se compararmos com a mídia comunitária.

Cada comunidade, grupo ou processo comunicacional analisado é único e permeado por especificidades. Não é a toa que as pesquisas da área são de cunho geralmente exploratório, na tentativa de apreender as particularidades de cada situação. No entanto, para viabilizar a análise desta tese precisamos assumir posicionamentos teóricos que nos permitissem categorizar as pesquisas, mesmo correndo o risco de não abranger todos os posicionamentos teóricos possíveis. Foram categorizados como parte desta subárea 102 pesquisas, sendo 87 dissertações e 15 teses. Assim, temos como eixo principal:

Quadro 3: Eixo principal das pesquisas (1972-2012)

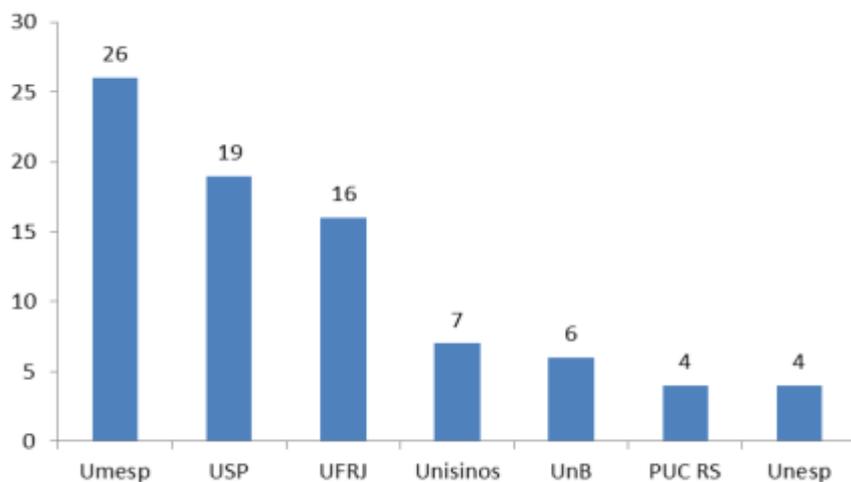
Eixo principal	Comunicação popular e comunitária	69
	Comunicação popular e alternativa	15
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	8
	Jornalismo Popular Alternativo	10
	Total	102

As experiências mais estudadas em nossa amostra, 68%, dizem respeito à comunicação popular e comunitária. Se somados os trabalhos categorizados como jornalismo popular alternativo e comunicação popular e alternativa, que fazem parte de um mesmo tronco conceitual, temos 24% do total. Cerca de 8% retratam ou experiências que reúnem o popular, alternativo e comunitário; ou se colocam como pano de fundo das experiências em geral; por exemplo, a formação de comunicadores populares ou ainda políticas públicas para ampliar o direito à comunicação, portanto foram consideradas de maneira ampla.

4. Resultados: Instituições protagonistas da CPAC

Percebeu-se na análise que sete instituições apresentam-se em destaque quanto à produção de pesquisas sobre a subárea analisada, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Programas de Pós-Graduação que mais desenvolveram pesquisas sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária (1972-2012)





Juntas, estas 7 (sete) instituições somam 82 pesquisas desenvolvidas no período de 1972 a 2012, representando 80% do total. As outras instituições⁵ que produziram teses e dissertações sobre a subárea estudada não foram apresentadas no gráfico, pois tinham apenas 1 (uma) ou 2 (duas) pesquisas sobre o enfoque. Citamos três pontos, que precisam ser analisados de maneira cruzada, que contribuem para este protagonismo:

1) Ano de criação do curso de pós-graduação em comunicação: das sete instituições que mais centralizaram publicações sobre a subárea, quatro surgiram na primeira década da instalação de cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil, ainda nos anos 1970: USP e UFRJ (1972); UNB (1974) e UMESP (1978), sendo que todas mantêm seus Programas ainda em atuação. Unisinos e PUC-RS iniciam seus Programas na década de 1990, sendo que, em ambas, o mestrado começa em 1994 e o doutorado em 1999; e a Unesp (Bauru), em 2002 inicia a oferta do mestrado e mais recentemente em 2014, o doutorado.

2) Contemplam linhas de pesquisa específicas ou próximas da subárea: das sete instituições, quatro possuem linha de pesquisa específica para a temática. O Poscom da Universidade Metodista, por exemplo, intitulou a linha 1 como “Comunicação midiática nas interações sociais”, destacando na ementa⁶ que “A linha abrange pesquisas que têm como foco tanto a grande mídia quanto a comunicação comunitária e alternativa”. No Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da USP, o programa define como Área 3. Interfaces sociais da comunicação; linha 3a. Comunicação, Cultura e Cidadania; abrindo possibilidades concretas de inserção da temática na linha. Na UFRJ, sob o título “Mídia e mediações socioculturais”, a linha contempla a vertente de estudos, ao destacar⁷ que “Desenvolve metodologias e análises críticas dos fenômenos comunicativos nas produções da mídia, nas instituições de mediação tradicional e nas práticas socioculturais”. O Programa da Unisinos propõe como a linha 3 - “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação”. Unesp, PUC-RS e UnB não apresentam, atualmente, linhas específicas sobre a subárea. Na UnB, as linhas “Jornalismo e Sociedade” e “Políticas de Comunicação e de Cultura” acabam contemplando as pesquisas em comunicação popular, alternativa e comunitária pelo viés político, da regulamentação, do radiojornalismo etc. As linhas de pesquisa da Unesp são bem amplas e abrem margem para a investigação da temática enfocada. São elas: “Processos midiáticos e

⁵ PUC-MG, PUC-RIO, PUC-SO, UCB, UCL, UEL, UERJ, UFC, UFF, UFG, UFJF, UFMG, UFPE, UFPR, UFRGS e Unicamp.

⁶ Disponível em <http://portal.metodista.br/poscom/estrutura-do-programa/linhas-de-pesquisa>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

⁷ Disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br/site/linhas_de_pesquisa_mms.php. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

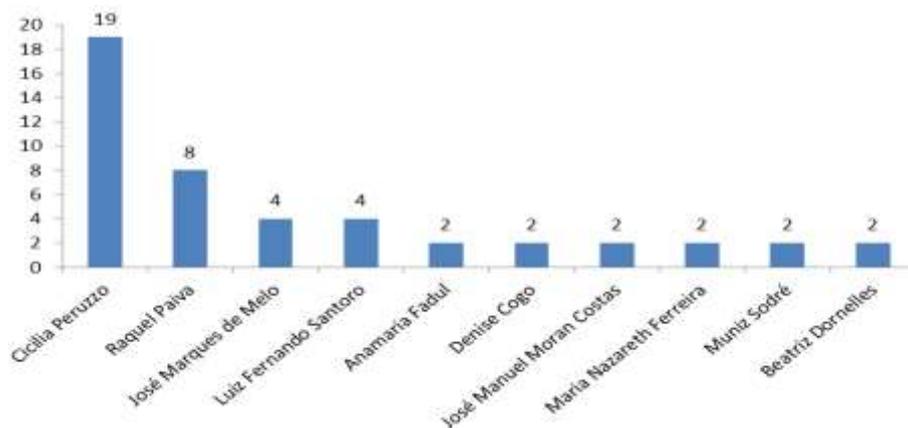


práticas socioculturais”; “Produção de sentido na comunicação midiática” e “Gestão e políticas da informação e da comunicação midiática”. O mesmo acontece com a linha 2 da PUC-RS, intitulada “Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações”, que é ampla e permite o desenvolvimento de pesquisas sobre CPAC. Vale ressaltar ainda que outros programas de Pós-Graduação em Comunicação têm definido linhas de pesquisas próximas à comunicação popular, alternativa e comunitária; seguindo o aumento de interesse dos pesquisadores pelo tema; dentre eles podemos citar o Programa da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Londrina, por exemplo. O fato de serem cursos recentes certamente influenciou na quantidade não expressiva de pesquisas até 2012.

3) Na maioria, reúnem professores orientadores que se dedicam/dedicaram à temática; o que indica o quanto estes professores estimulam a produção de conhecimento nestes locais sobre comunicação popular, alternativa e comunitária. Na Metodista, destaca-se a atuação do prof. José Marques de Melo, na década de 1980 com duas orientações; e da profa. Cicilia Peruzzo, a partir dos anos 2000, com 19 orientações concluídas. Na UFRJ, temos Muniz Sodré, com duas orientações, na década de 1990 e de Raquel Paiva, a partir dos anos 2000 (totalizando oito orientações). Na USP, apesar de não termos atualmente um nome que se dedique exclusivamente à comunicação popular, alternativa e comunitária, repetem-se como orientadores, José Marques de Melo, com duas orientações nos anos 1980; Anamaria Fadul, com duas assistências, em 1989 e 1991; Maria Nazareth Ferreira, com orientações em 1991 e 2005; José Manuel Moran Costa, orientador em 2000 e 2001; e Luiz Fernando Santoro, em 2005 e 2006. Denise Cogo, professora e pesquisadora atualmente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP, orientou duas pesquisas enquanto professora da Unisinos, uma em 2010 e outra em 2012. Beatriz Dornelles é responsável pela orientação de duas pesquisas na PUC-RS. Unesp e UnB não contam com professores que, até 2012, centralizavam pesquisas sobre o tema⁸. No gráfico abaixo é possível verificar melhor como se dá a distribuição das pesquisas pelos orientadores que se repetem.

⁸ Orientaram pela Unesp, Elaine da Graça de Paula Caramella, Maximiliano Martin Vicente, Juliano Maurício de Carvalho e Ricardo Alexinon Ferreira; e pela UnB, Maria Angélica Madeira, Mauro Pereira Porto, Murilo Cesar Ramos, Nélia Rodrigues Del Bianco, Cesar Ricardo Siqueira Bolaño e Luís Martins da Silva, todos com uma orientação cada.

Gráfico 2 - Professores que orientaram duas ou mais pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, conforme nossa amostra. (1972-2007).



Por último, mas não menos importante, vale lembrar que tanto a Universidade Metodista de São Paulo quanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estão entre as três principais referências sobre o tema no Brasil, mantêm grupos de pesquisa fortes e que muito contribuem para a subárea, promovendo encontros, discussões, investigações teóricas e empíricas. Uma pesquisa rápida nos Currículos Lattes desses professores orientadores e nas produções desses grupos de pesquisa, nos indica que a contribuição deles é muito maior se incluirmos teses e dissertações que englobam a Imprensa alternativa, a Cultura Popular, a Folkcomunicação, a Comunicação para a mudança social, entre outros temas. Não teríamos, porém como analisar as pesquisas que englobem todo esse espectro de temas correlatos e também de nosso interesse. Portanto, delimitar nosso enfoque na comunicação popular, alternativa e comunitária seguindo nosso quadro de referência, não significou menosprezar toda essa produção, mas foi estratégia metodológica para a viabilização desta pesquisa.

Registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni), desde 31 de maio de 2004, o grupo organiza-se atualmente sob a forma de Comunidade Emergente de Investigação, seguindo os princípios da cibercultur@⁹ que vem sendo estudados pela coordenadora do grupo, Cicilia Maria Krohling Peruzzo, desde sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México, sob acompanhamento do prof. Jorge González.

Conforme explica a coordenadora do grupo,

A partir de 2005 [o Comuni] promove um Encontro anual (em 2014 aconteceu o décimo) destinado à socialização das pesquisas acadêmicas concluídas por membros do grupo e, ao mesmo tempo, acolher nas

⁹ Ler mais sobre em PERUZZO (2014)



instalações da Universidade, grupos representativos de práticas de comunicação comunitária para relatar suas experiências. Portanto, trata-se de uma estratégia para provocar o intercâmbio de saberes popular e científico. Realiza também outras atividades que variam a cada semestre, que vão da realização de painéis e colóquios sobre temas emergentes, discussão a partir de leituras programadas de textos, promoção de cursos de curta duração, elaboração conjunta de *paper*, organização de livros (contribuições apresentadas no Encontro anual), alimenta lista de discussão, mantém um blog, e também tem dado assessoria (educação não-formal) a grupos de Comunicação em comunidades (PERUZZO, 2014, p. 12-13).

O Comuni que, conforme destacado em seu blog¹⁰, pesquisa os processos de comunicação popular, alternativa, comunitária e local e sua relação com o exercício da cidadania, além de investigar a comunicação protagonizada por movimentos sociais, ONGs, instituições públicas e privadas de mídia local e comunidades virtuais; congrega alunos e ex-alunos do POSCOM Metodista (mais de 30 já se vincularam ao grupo de pesquisa), além de pesquisadores de outras localidades (São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, Bahia, Minas Gerais e na Paraíba, como também em outros países: Moçambique e Bélgica) que tenham interesse em participar das discussões. Além das reuniões e do encontro anual, que são presenciais, o grupo dispõe de uma sala virtual (plataforma DEN¹¹), em que consegue reunir os “nós¹²” espalhados pelo Brasil e outros países.

Na UFRJ, o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) relaciona graduação e pós-graduação em Comunicação, “voltados para a experimentação pedagógica e a pesquisa da comunicação articulada aos modos de comunidade e de solidariedade que não se acham inteiramente abrangidos pelo que contemporaneamente se entende como sociedade”, como afirmam no site da instituição¹³. O Laboratório apresenta duas modelizações do organismo social, apresentadas como opostas: **a modelização societária**, que se dá no âmbito da sociedade liberal moderna, na qual “se concentram todas as instituições e representações vinculadas ao poder de Estado e à organização da produção, destinadas a normalizar os indivíduos e produzir hegemonia, isto é, dominação por consenso”; e a **modelização comunitária**, em que o termo comunitário designa “o sentido de uma modelização de sociabilidade caracterizada por uma forte dinâmica de identificação, diferenciação e aproximação — portanto, por um sentimento de identidade grupal — que

¹⁰ Ver <http://comuni.org.br/>

¹¹ Plataforma em que são transmitidas as reuniões mensais e encontros anuais, possibilitando interação e participação ativa (por meio de mensagens audiovisuais ou textuais).

¹² Cada pesquisador que forma esta rede intitulada Comunidade Emergente de Investigação, é considerado um nó de atuação do grupo em sua localidade, amplificando as discussões, propostas e resultados do grupo.

¹³ Disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br/site/nucleos_de_pesquisa.php?id=7.



pode até mesmo prescindir de território físico, mas que normalmente se reconhece pelas marcas enunciativas de lugar”.

Como já foi dito, há pesquisas tanto no âmbito do Comuni como do LECC que não fizeram parte de nossa amostragem por não atenderem aos filtros definidos. No caso específico do LECC, vale fazer uma ressalva quanto à diferença de abordagens entre os estudos que enfatizam a CPAC, especificamente como manifestações no âmbito dos movimentos populares e comunidades e aqueles que tomam a comunicação comunitária como uma vertente mais ampla, que está pautada mais na vinculação comunitária e na organização social e não nas experiências específicas de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Recomendações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/COMPÓS para o PNPB 2011/2020**. Brasília, 2010. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1561.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPB 2011-2020**. v.2. Brasília, DF: CAPES, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. **Revista USP**, v.1, n.48, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2000-2001. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/48/04-immacolata.pdf>

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 6ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; ROMANCINI, Richard. A pós-graduação em comunicação no Brasil. In: KUNSCH, M. M. K.; MELO, J.M.de. (Org.). **Comunicação Ibero-Americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação**. 1ed.São Paulo: Confibercom/ECA-USP, 2012, v. 1, p. 189-209.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Revista Palavra chave**, Colômbia, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008a.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. *Revista Humanidades*. v. 55. p.100-108, agosto de 2008b.

ROMANCINI, Richard. **O campo da Comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico**. 2006, 505 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade de São Paulo.

WEBER, Maria Helena; KOBASHI, Nair Yumiko; DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Documento de área 2013: avaliação trienal**. Capes. Disponível em http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Sociais_Aplicadas_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf.